

## Assembleia avaliará propostas para convenções coletivas

O Sinpro/RS convoca os professores para Assembleia Geral no **dia 16 de maio**, sábado, às **14h**, na Sala de Eventos da **Sede estadual do Sindicato** (Av. João Pessoa, 919), em **Porto Alegre**. Na pauta, a avaliação da negociação com o Sinepe/RS e das propostas para as Convenções Coletivas de Trabalho da educação básica e da educação superior. Também será decidida a ratificação do percentual da contribuição assistencial e avaliada a tramitação do Projeto de Lei 4.330, da terceirização.

A negociação salarial iniciou em 10 de março e, como nos anos anteriores, aconteceu em câmaras distintas, para a educação básica e outra para a superior. Até o fechamento deste boletim foram realizados sete encontros entre os sindicatos. O Sinepe/RS anunciou sua assembleia para dia 12 de maio, onde todo o conteúdo discutido nas reuniões será submetido à deliberação patronal.

**Educação básica** – A negociação vem sendo marcada pelo avanço da discussão em questões importan-

tes, como limitação de alunos por turma e aproximação dos valores hora-aula no ensino fundamental. O reajuste salarial proposto até a última rodada era a reposição pelo INPC do período (7,68%), ainda com insistência do Sinpro/RS por aumento real. A maioria das escolas, por orientação do Sinepe/RS, antecipou um reajuste de 5%.

**Educação superior** – Após muita demarcação pelo Sinepe/RS sobre as dificuldades conjunturais do setor, a proposta de reajuste chegou a 7,68%, retroativo a março. Durante as tratativas, predominou a discussão de questões não salariais como o calendário de recesso e férias, a limitação de alunos por turma e a remuneração de atividades docentes específicas. Neste ano houve uma maior disposição ao diálogo por parte dos representantes patronais, porém as questões contempladas estão muito aquém das necessidades dos professores.

Em ambas as câmaras, houve consenso na antecipação do feriado do *Dia do Professor* para 13 de outubro, terça-feira, compondo um feriadão com o dia 12.

### EDITORIAL

O processo de negociação com o Sinepe/RS teve um diferencial inédito neste ano. A dissidência política do Comung e da Rede Marista representou a ausência de representantes das maiores instituições de ensino nas Comissões de Negociação do Sinepe/RS.

Assim, PUC, Unisinos, UPF, Unijuí, UCS, Unisc, Univates, Feevale não participaram das tratativas realizadas nos meses de março e abril na Câmara da Educação Superior. Da mesma forma, na Câmara da Educação Básica não houve a participação da representação marista.

Consideradas, por enquanto, apenas a amplitude e a profundidade das discussões com análise de mérito de vários aspectos e perspectivas positivas de atendimento de algumas reivindicações históricas, especialmente

na educação básica, ficou no ar uma indagação sobre a ordem dos fatores e sua interferência no padrão de conduta frente às reivindicações dos professores. Será que a resistência anterior se devia à presença daquelas representações ou os pequenos avanços se devem à maior sensibilidade dos atuais negociadores?

Por enquanto, é aguardar o desfecho da negociação e o posicionamento das assembleias patronais sobre as propostas negociadas que acontecerão no dia 12 de maio, com ou sem a representação da dissidência.

Os professores estão convidados a continuar acompanhando a postura do seu empregador e a participar da deliberação sobre o resultado da negociação.

**Direção Colegiada**

# A luta continua no Senado

Em abril, a palavra terceirização deu a tônica dos debates políticos e acirrou os embates, após aprovação na Câmara dos Deputados, no dia 8, do texto-base do Projeto de Lei 4.330/04, que amplia as possibilidades de terceirização para as atividades-fim. Foram 324 votos a favor do texto, 137 contra e duas abstenções.

Na segunda etapa das votações, no dia 14, quando foram votados os destaques (emendas) diminuiu sensivelmente a diferença. Foram 230 parlamentares a favor *versus* 203 contra. O apoio ao PL caiu quase 60%. Por um lado, houve nova derrota para os trabalhadores, por outro, demonstrou que a reação do movimento para barrar o PL 4.330 fez crescer a tendência ao NÃO.

No dia 15 de abril, houve um protesto nacional com paralisação em várias capitais contra a terceirização. As ações dos sindicatos e entidades de classe se intensificaram nas semanas que se sucederam, culminando no *Dia do Trabalhador*, 1º de maio, quando a CUT os partidos e todos movimentos sociais contrários ao PL 4.330 realizaram protestos em todo país.

Há indicativo da CUT para a realização de uma greve geral em maio, caso haja perspectiva do Senado manter o texto-base aprovado na Câmara.

O Sinpro/RS vem participando ativamente das mobilizações contra a aprovação do PL 4.330 e convocará os professores a participarem da greve geral.



Foto: Renata Machado/CUTRS



Foto: Carlos Henrique Mendes



Foto: Renata Machado/CUTRS



Foto: Igor Sperotto



Foto: Igor Sperotto

Sinpro/RS Av. João Pessoa, 919 - Porto Alegre/RS - 90.040-000

Visto: / /

- ( ) Outros (Especificar)
- ( ) Desconhecido
- ( ) Recusado
- ( ) Não existe o nº indicado
- ( ) Falecido
- ( ) Endereço Insuficiente
- ( ) Ausente

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS